

Novas sanções de Trump ao Brasil – Aviso de Eduardo Bolsonaro caso o seu pai seja condenado

written by O Cidadão | 1 de Setembro, 2025



Eduardo Bolsonaro, que há meses está nos Estados Unidos denunciando uma suposta perseguição judicial contra o seu pai, afirmou num ‘podcast’ ser **“muito provável”** que o líder norte-americano avance nas sanções e começar a usar **“outros instrumentos”**.

“Trump, nem de perto, acionou todos os mecanismos para pressionar o Brasil”, declarou o deputado que está a ser investigado pela polícia brasileira por tentativa de obstrução da justiça devido às suas manobras nos Estados Unidos para impedir o julgamento.

Nesse sentido, Eduardo mencionou a possibilidade de estender a aplicação da **Lei Magnitsky**, norma criada para punir violações

dos direitos humanos que foi usada para congelar os bens do juiz Alexandre de Moraes, instrutor do caso contra Jair Bolsonaro.

O deputado afirmou ter conversado com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, sobre essa possibilidade e disse que os próximos alvos poderiam ser a mulher de Alexandre de Moraes, que ele considera o «**braço financeiro**» do magistrado.

Por outro lado, Eduardo Bolsonaro disse que, com a intenção do Governo brasileiro de regular as redes sociais apesar da oposição da Casa Branca, o país está a provocar “**o aumento das tarifas**”.

Além das sanções diretas a Alexandre de Moraes, Trump impôs tarifas de até 50% a vários produtos brasileiros.

“**Trump não vai recuar sem um avanço do lado brasileiro**”, disse o deputado.

Jair Bolsonaro é acusado de tentar dar um golpe de Estado com a ajuda de altos cargos militares para anular os resultados das eleições de 2022, nas quais foi derrotado pelo atual Presidente, Lula da Silva, e assim se manter no poder.

Jair Bolsonaro e sete membros da sua cúpula vão começar a ser julgados por tentativa de golpe de Estado, amanhã, num julgamento que pode sentenciar o ex-Presidente brasileiro a **mais de 40 anos de prisão**.

Este grupo, chamado de “Núcleo 1” ou “Núcleo Crucial”, responde por tentativa de abolição violenta do Estado de Direito Democrático, tentativa de golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de património.

OC/AJS